

WALBER DE MOURA AGRA

TEMAS POLÊMICOS DO DIREITO ELEITORAL

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte



2018

SUMÁRIO

INCONSTITUCIONALIDADES DA INCIDÊNCIA

DA LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2010.....	11
Introdução.....	11
1 Moralismo <i>versus</i> Estado de Direito.....	12
2 O caráter alopoético e autopoético do STF.....	15
3 Princípio da anterioridade eleitoral.....	19
4 Conceito de inelegibilidade.....	22
5 Retroatividade da Lei Complementar nº 135.....	24
6 Ato jurídico perfeito e coisa julgada.....	27
7 A judicialização das contendas eleitorais.....	29
8 Conclusão.....	32
Referências.....	33

BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO ELEITORAL

BRASILEIRA.....	35
1 Histórico da Justiça Eleitoral no Brasil.....	35
2 Brasil Colônia.....	36
2.1 As leis eleitorais no Império.....	38
2.2 Lei dos Círculos.....	41
2.3 Lei do Terço.....	42
2.4 Lei Saraiva.....	43
3 História da legislação eleitoral na Primeira República.....	45
3.1 Lei Rosa e Silva.....	46
3.2 Da Justiça Eleitoral e do Código de 1932.....	48
3.3 Código de 1935 e Constituição de 1937.....	51
3.4 Código Eleitoral de 1945.....	51
3.5 Código Eleitoral de 1950.....	52
3.6 Código Eleitoral de 1965.....	53
3.7 Lei das Inelegibilidades (LC nº 64/90).....	54
3.8 Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95).....	56
3.9 Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97).....	57
3.10 Minirreforma Eleitoral (Lei nº 12.034/09).....	59
3.11 Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/10).....	61
3.12 Leis nº 13.487 e nº 13.488/2017.....	63
Referências.....	67

A PANACEIA DOS SISTEMAS POLÍTICOS.....	69
1 Democracia.....	69
2 Reforma política.....	71
3 Sistema eleitoral.....	74
4 Sistema majoritário.....	76
5 Sistema proporcional.....	78
6 Sistema de voto distrital.....	80
7 Voto proporcional em lista fechada <i>versus</i> lista aberta.....	81
Conclusão.....	83
Referências.....	83

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	87
1 Financiamento de campanha. Doações e contribuições de campanha.....	87
2 Limite de gastos.....	91
4 Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	94
5 <i>Crowdfunding</i>	97
6 Prestação de contas do candidato.....	98
7 Exame da prestação de contas pela Justiça Eleitoral.....	99
8 Rejeição de contas.....	103

DO DIREITO DOS PARTIDOS À VAGA DOS SUPLENTES.....	105
1 Da importância dos partidos políticos no Brasil.....	105
2 Os partidos políticos e a soberania popular.....	108
3 Bloco de constitucionalidade.....	110

4	Da possibilidade de mutabilidade das decisões do Poder Judiciário.....	113
5	Natureza da coligação.....	115
6	Atestação que a vaga pertence ao partido político.....	117
7	Da pertinência do mandato ao partido.....	120
8	Análise dos Mandatos de Segurança nº 30.260 e nº 30.272 pelo STF: mutação constitucional ou ativismo judicial?	123
	Conclusão	125
	Referências	126

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE ARRECADAÇÃO E

GASTOS – ANÁLISE DO ART. 30-A DA LEI ELEITORAL		129
1	Origem do art. 30-A	129
2	Questões processuais.....	132
3	Proporcionalidade e as sanções previstas no art. 30-A	137
4	Procedimento do art. 22 da LC nº 64/90	142
Conclusão		145
Referências		146

DA INELEGIBILIDADE POR REJEIÇÃO DE CONTAS POR PARTE DE PREFEITOS

MUNICIPAIS		147
1	Pressupostos para a incidência da inelegibilidade por rejeição de contas	153
2	Conceito de irregularidade insanável.....	156
3	Da necessidade de configuração de ato doloso de improbidade administrativa	160
4	Da necessidade de decisão irrecorrível por órgão competente.....	164
5	Da inexistência de provimento judicial suspensivo	168
6	Da necessidade da atividade desenvolvida ser de ordenador de despesa	170
7	Da imputação de inelegibilidade.....	174
Referências		177

A TAXIONOMIA

DAS INELEGIBILIDADES.....		179
Introdução.....		179
1	Condições de elegibilidade.....	180
2	Conceito de inelegibilidade.....	186
3	Inelegibilidade absoluta e relativa.....	189
4	Inelegibilidades constitucionais.....	192
5	Inelegibilidade infraconstitucional.....	196
6	Inelegibilidades inatas e cominadas.....	208
7	A inelegibilidade como situação jurídica.....	212
8	O caráter de sanção da inelegibilidade cominada.....	214
Conclusão.....		216
Referências.....		217

AIIJE – AIME – DELINEAMENTOS GERAIS.....

1	Processo eleitoral	219
2	Natureza e conceito das ações.....	224
3	Conceituação da ação de investigação Judicial Eleitoral	226
4	Causa de pedir.....	227
5	Hipóteses de cabimento.....	228
6	Natureza jurídica da AIIJE.....	235
7	Necessidade de citação do vice: litisconsórcio facultativo ou necessário?.....	237
8	Lapso temporal.....	238
9	Procedimento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral	239
10	Conceito e fator teleológico da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	242
11	Inversão hermenêutica	243
12	Cabimento e natureza da AIME	244
13	Procedimento da AIME.....	247
14	Diferenças e simetrias entre AIIJE e AIME.....	252
	Referências	254